

ACÇÕES GLOTOPOLÍTICAS PARA O ENSINO DO ESPANHOL:
EVENTOS E RESISTÊNCIA NO AMAZONAS

Wagner Barros Teixeira

UFAM

Considerando o contexto mais recente de políticas linguísticas brasileiras que efetivou ações em prol do bilinguismo funcional como a *Lei n. 13.415/2017* (BRASIL, 2017) e a *Base Nacional Comum Curricular – BNCC* (BRASIL, 2018), enfatizando o ensino obrigatório de um único idioma em todo o território nacional, a despeito das realidades e das peculiaridades sociolinguísticas de cada Unidade Federativa; considerando ainda a visão glotopolítica do fazer político (ARNOUX, 2011), que se efetiva a partir e por distintos atores sociais, não se limitando a ações do Estado; e indo ao encontro da proposta do Simpósio Temático ao qual se vincula este trabalho, busco problematizar a questão do ensino de Espanhol no Amazonas, estado brasileiro marcado pela pluralidade étnica, linguística e cultural, cuja presença de falantes de variados idiomas é cada vez mais significativa. Com base em pesquisa documental e bibliográfica, ao abordar o ensino do Espanhol sob a ótica glotopolítica, meu objetivo neste trabalho é traçar um breve panorama que enfatize ações de resistência que têm contribuído para a permanência do ensino do idioma, com destaque para eventos realizados no estado e suas consequências para o ensino do Espanhol.

No intuito de responder à pergunta levantada no simpósio ao qual se vincula este trabalho e de basear teoricamente os rumos deste estudo, ‘suleando’¹ em perspectiva transgressora o debate sobre o ensino de Espanhol no Brasil com o olhar voltado para o Amazonas, inicialmente, de forma breve, proponho algumas considerações sobre o campo de estudos chamado Glotopolítica.

Para Elvira Arnoux (2011, p. 01), Glotopolítica é

El estudio de las intervenciones en el espacio público del lenguaje y de las ideologías lingüísticas que ellas activan, asociándolas con posiciones sociales e indagando en los modos en que participan en la instauración, reproducción o transformación de entidades políticas, relaciones sociales y estructuras de poder tanto en el ámbito local o nacional como regional o planetario. Este campo de estudio comporta una dimensión aplicada, un hacer experto, el “planeamiento lingüístico”, tendiente a

¹ Termo utilizado de forma transgressora para fazer frente às visões e aceções relacionadas a ‘nortear’, por considerar que não apenas as vozes do Norte colonizador e imperialista devam ser consideradas no debate proposto, principalmente em se tratando de contexto brasileiro e amazônico.



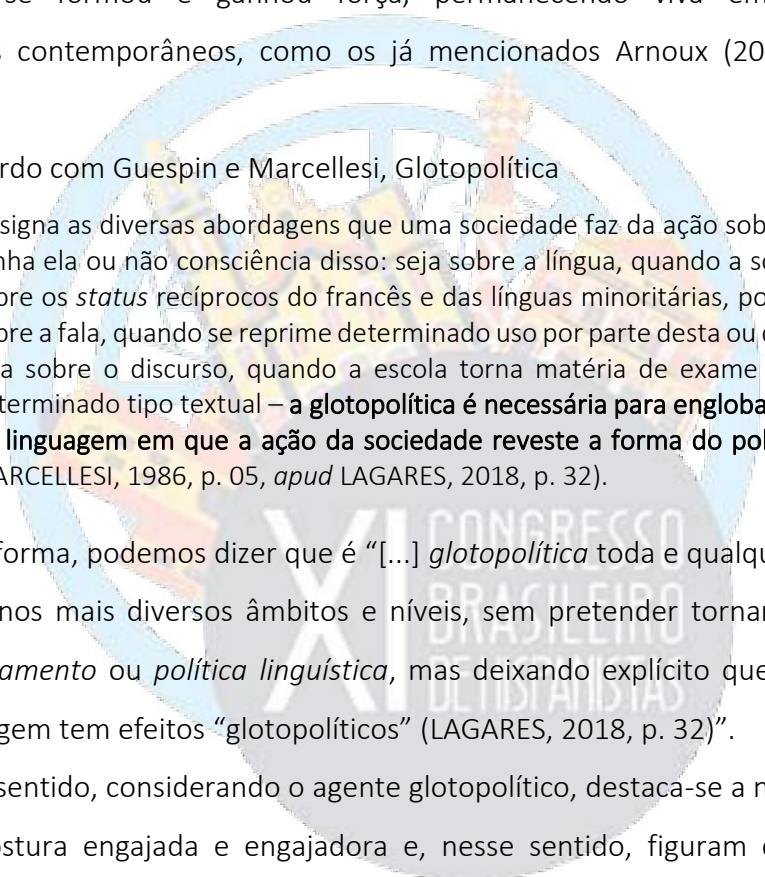
incidir en el espacio social del lenguaje respondiendo a distintas demandas y convocando la participación de las instancias sociales involucradas.

Mas esse campo de estudos nem sempre foi visto dessa forma. Lagares (2018) evidencia que a Glotopolítica já foi concorrente com a área de planejamento linguístico, ao ser considerada como aplicação de resultados sociolinguísticos nas decisões políticas dos governos (HERRERO VALEIRO, 2015), o que Malmberg (1975) chamaria de glossopolítica.

No entanto, a partir de Guespin e Marcellesi (1986) uma nova concepção de Glotopolítica se formou e ganhou força, permanecendo viva em estudos de investigadores contemporâneos, como os já mencionados Arnoux (2011) e Lagares (2018).

De acordo com Guespin e Marcellesi, Glotopolítica

Designa as diversas abordagens que uma sociedade faz da ação sobre a linguagem, tenha ela ou não consciência disso: seja sobre a língua, quando a sociedade legisla sobre os *status* recíprocos do francês e das línguas minoritárias, por exemplo; seja sobre a fala, quando se reprime determinado uso por parte desta ou daquela pessoa; seja sobre o discurso, quando a escola torna matéria de exame a produção de determinado tipo textual – **a glotopolítica é necessária para englobar todos os fatos da linguagem em que a ação da sociedade reveste a forma do político** (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 05, *apud* LAGARES, 2018, p. 32).

Dessa forma, podemos dizer que é “[...] *glotopolítica* toda e qualquer ação sobre a linguagem, nos mais diversos âmbitos e níveis, sem pretender tornar obsoletos os termos *planejamento* ou *política linguística*, mas deixando explícito que toda decisão sobre a linguagem tem efeitos “glotopolíticos” (LAGARES, 2018, p. 32)”.


Nesse sentido, considerando o agente glotopolítico, destaca-se a necessidade de que tenha postura engajada e engajadora e, nesse sentido, figuram como agentes legítimos na arena glotopolítica não apenas os especialistas – ‘ditos linguistas’, mas, também, os usuários da(s) língua(s). Da mesma forma, espera-se uma metodologia mais democrática que permita o debate sobre as relações entre as práticas de linguagem e a sociedade, como o buscado neste trabalho e no simpósio ao qual está vinculado. Dessa forma, a ação glotopolítica deve ser

regida pelo diálogo permanente entre diversos coletivos sociais, entre o que eles [referindo-se a Guespin e Marcellesi] chamam de *expert científico* (identificado como o linguista) e *expert bruto* (o ativista), com o objetivo de procurar práticas mais democráticas e melhores condições para a intervenção. A glotopolítica, em suma, seria regida pelo critério de base da utilidade social (LAGARES, 2018, p. 37).



Com o passar dos anos e o crescimento desse diálogo, a área da Glotopolítica tem passado por transformações e algumas concepções mais recentes indicam a ampliação de seu foco de estudos, reivindicando uma visão discursiva mais ampla do elemento político relacionado à linguagem (ARNOUX e NOTHSTEIN, 2013; DEL VALLE, 2014). Nessa perspectiva, são de interesse desse campo aspectos como a oficialização de línguas em entidades supra/multinacionais como o Mercosul ou a União Europeia, a criação de instituições de manutenção da(s) língua(s) como o Museu da Língua Portuguesa, a elaboração de instrumentos de divulgação linguística como gramáticas, dicionários, livros didáticos etc. No entanto, neste trabalho, nosso foco recai sobre a proposta democrática orientada pelos estudos de Guespin e Marcellesi (*op. Cit.*), focando ações de agentes sociais que têm impactado na arena glotopolítica amazonense com destaque para a realização de eventos de difusão do hispanismo e de profusão do ensino do Espanhol no estado. Assim, a seguir, passo a tecer considerações sobre o Amazonas.

Afinal, por que devemos resistir e continuar ensinando Espanhol no Amazonas?

Existem diferentes aspectos que podem ser considerados para responder à pergunta levantada. No entanto, em consonância com a proposta deste trabalho, acredito ser importante apresentar o contexto amazonense, focando em aspectos sociolinguísticos que certamente têm impactado na arena glotopolítica amazonense.

Dessa forma, para iniciar, de acordo com Teixeira (2018), ao pensar o Amazonas devemos considerar a diversidade e os encontros característicos da região amazônica de forma geral. Nesse grandioso estado brasileiro, além da diversidade biológica e dos encontros de fauna, de flora e de rios caudalosos, convivem diferentes povos e seus aspectos culturais, dos quais, neste trabalho, destaco as línguas.

Nesse sentido, com vistas a contextualizar a arena glotopolítica em análise, vale pontuar que, no Amazonas, além do português, da Libras e das mais de cinquenta línguas amazônicas autóctones (MONTEIRO, 2010) usadas cotidianamente por diferentes comunidades, também são usadas línguas alóctones, trazidas por imigrantes que, por distintos motivos, têm passado e, em alguns casos, fixado raízes em solo amazonense. Assim, reforçando os postulados de Heufemann-Barría e Teixeira (2017), Teixeira (2020, p. 207) registra que no Amazonas são também falados



- o japonês, por sua importância histórica e econômica para a região, língua difundida, ensinada e utilizada, principalmente, a partir da imigração japonesa para a Amazônia Ocidental brasileira;
- o coreano, por sua relevância econômica para a região, devido à presença marcante da comunidade sul-coreana, que estabeleceu instituições como empresas e fábricas no Polo Industrial de Manaus;
- o inglês, por sua importância internacional, língua amplamente difundida, presente nas redes de ensino e utilizada em eventos internacionais no Amazonas como a *Copa do Mundo de Futebol*, realizada em 2014, e os *Jogos Olímpicos*, realizados em 2016; e
- o francês, por sua importância histórica e cultural para a região, língua ensinada e utilizada desde a época dourada da borracha, período em que a capital amazonense foi conhecida como a 'Paris dos Trópicos', e, também, devido às recentes políticas de acolhimento brasileiras, fazendo com que a língua também seja utilizada, juntamente com o *créole*, por comunidades imigrantes haitianas na região.

Esses idiomas e tantos outros mais são 'sons' que compõem o mosaico pluri e multicultural amazonense, representando vozes de distintas comunidades presentes na arena glotopolítica estadual.

Como nosso foco neste trabalho recai sobre o espanhol, idioma igualmente presente e componente desse mosaico e dessa arena, gostaria de destacar algumas das funções sociais que ele assume no seio da sociedade amazonense, com vistas a evidenciar sua relevância para o Amazonas.

Nessa esteira, atualizando seus estudos (TEIXEIRA, 2014), Teixeira (2020, p. 220) afirma que o espanhol no Amazonas, em especial nas regiões fronteiriças como o alto rio Negro – fronteira Brasil/Colômbia/Venezuela – e o alto rio Solimões – fronteira Brasil/Colômbia/Peru, é usado como língua de

- comunicação turística, por visitantes estrangeiros;
- negociação comercial, por empresários estrangeiros e por moradores hispânicos que comercializam bens e serviços no Amazonas;
- atendimento à saúde, por profissionais oriundos de países hispânicos atuantes no Estado, principalmente a partir do programa *Mais Médicos*, atendendo à comunidade amazonense, em especial aos moradores de municípios do interior;
- comunicação transfronteiriça entre amigos, principalmente em regiões onde o fluxo de hispânicos é maior;
- comunicação familiar, com destaque para as comunidades imigrantes hispânicas que se fixa(ram) no Estado; e
- instrução, ensinada em escolas das redes pública e privada municipais, estadual e federal da Educação Básica, e, ainda, em instituições de Ensino Superior, havendo casos em que substituiu o português como língua de instrução formal.

Essas funções que o espanhol assume no cotidiano amazonense fazem com que sua presença nos embates políticos estaduais seja constante, marcando avanços e



retrocessos para o ensino do idioma na arena glotopolítica do Amazonas, conforme veremos a seguir.

Breve retrospectiva glotopolítica sobre o ensino de Espanhol no Amazonas

Em artigo escrito para a *Revista Digital de Políticas Linguísticas*, Teixeira e Castro-Heufemann (2020 – no prelo) apresentam quadro comparativo diacrônico sobre o ensino de Espanhol no Amazonas, com base em estudos realizados há pelo menos uma década (Cf. TEIXEIRA, 2018; CASTRO-HEUFEMANN, 2019), evidenciando fases históricas distintas, separadas por decisões que certamente marcaram politicamente a situação do ensino do idioma no Brasil como um todo e, de forma especial, no Amazonas.

Nessa esteira, os investigadores destacam a fase anterior à promulgação da *Lei 11.161/05* (BRASIL, 2005), conhecida como ‘Lei do Espanhol’ no Brasil, evidenciando que no Amazonas o hispanismo tem sido bandeira presente na arena glotopolítica estadual pelo menos desde a década de 80, quando da fundação da Associação de Professores de Espanhol do Amazonas – APE-AM, importante agente glotopolítico estadual responsável pela articulação de grande parte das ações em prol do hispanismo e da promoção do ensino do Espanhol no Amazonas. Além disso, vale destacar que o idioma vem sendo ensinado desde a década de 90, em especial nas regiões que fazem fronteira com os vizinhos países que possuem o espanhol como língua oficial (GUERREIRO, 2017), e, também, em Manaus, chegando a compor a estrutura curricular da rede municipal de ensino da Capital amazonense (GOMES & TRAJANO, 2019).

Considerando ações glotopolíticas necessárias para a manutenção do ensino do idioma no estado, no campo da formação docente destacamos que cursos de Letras têm formado professores de Espanhol no Amazonas há pelo menos 20 anos, com destaque para a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que, apesar de não ter sido a primeira instituição de Ensino Superior no estado a ofertar formação de professores na área de Espanhol², segue sendo uma das poucas que a mantém ativa no Amazonas, de forma constante, tanto em Manaus, em sua Faculdade de Letras, quanto no interior, em seu Instituto de Natureza e Cultura localizado em Benjamin Constant, região de fronteira

² A primeira instituição a oferecer formação em Letras na área de Espanhol no Amazonas foi a Escola Superior Batista do Amazonas (CASTRO-HEUFEMANN, 2019), instituição particular de ensino que já não oferece mais turmas para o curso de Letras na área de Espanhol.



Brasil/Colômbia/Peru. De acordo com dados da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFAM, já há mais de 400 egressos dos cursos de Letras, docentes de Espanhol habilitados para o ensino do idioma no estado (TEIXEIRA, 2018), o que permite que as escolas amazonenses possam oferecer o idioma à comunidade sendo atendidas por professores devidamente qualificados, ação de planejamento político que corrobora para fortalecer o ensino do Espanhol na arena glotopolítica amazonense.

No que concerne à fase posterior à 'Lei do Espanhol', Teixeira e Castro-Heufemann (2020) destacam que o Espanhol passou a ser ensinado em diferentes instituições como curso opcional e, assim, a língua espanhola e as culturas dos países hispânicos tiveram sua difusão ampliada no estado.

No que tange à questão do mercado de trabalho no Amazonas, Teixeira (2018) destaca que o primeiro concurso com vagas para docente de Espanhol se deu apenas em 2011, após grande embate na arena glotopolítica estadual envolvendo a APE-AM e a SEDUC/AM. Antes disso, o investigador destaca a realização de processos seletivos para a contratação temporária de docentes em alguns municípios, com destaque para os das regiões fronteiriças como Tabatinga. O embate em prol da abertura e da manutenção de vagas para professor de Espanhol na arena glotopolítica amazonense tem se mantido constante, sendo necessárias diligências da APE-AM junto ao poder público para que certames sejam realizados. Dessa forma, novos processos seletivos para contratação temporária de professor e novos concursos foram efetivados, mesmo que, em grande parte, abrindo vagas em sua maioria para municípios no interior com carga horária reduzida, o que na prática inviabilizou o preenchimento dessas vagas e a interiorização do ensino do idioma, dado que o custo de vida no interior do Amazonas é muito maior que na Capital – onde se concentra a maior parte dos docentes de Espanhol – devido às peculiaridades geográficas que tornam praticamente impossível o deslocamento diário entre municípios a não ser por via fluvial ou aérea, uma clara ação glotopolítica de invisibilização e de enfraquecimento do ensino de Espanhol no Amazonas.

A disputa na arena glotopolítica amazonense continuou acirrada e efervescente, fazendo com que ações fossem articuladas no âmbito legal para garantir a oferta do Espanhol no estado. Assim, em 2013, foi promulgada a *Lei 152/13* (AMAZONAS, 2013), conhecida 'Lei Amazonense do Espanhol', ainda vigente, que ratificou o disposto na lei federal do Espanhol e garantiu a oferta regular do idioma nas escolas de ensino médio



amazonenses, o efetivo exercício do cargo de professor de Espanhol para profissionais devidamente graduados em Letras, na área de Espanhol, impondo a possibilidade de improbidade administrativa por seu descumprimento. Essa conquista garantiu a realização de outros certames para contratação de docentes de Espanhol pela SEDUC/AM e por alguns municípios no interior, como Benjamin Constant, em 2016 (TEIXEIRA, 2018). No entanto, outra decisão mudou o panorama glotopolítico nacional de forma drástica, iniciando uma nova fase na arena amazonense.

De forma atabalhoada e unilateral, a despeito de manifestações contrárias de educadores, de pesquisadores e de usuários de diferentes idiomas vivos e componentes do mosaico plural brasileiro, por meio da famigerada *Medida Provisória 746/16* (BRASIL, 2016) promulgada pelo Governo Temer e transformada na *Lei 13.415/17* (BRASIL, 2017) pelo Congresso Nacional, a garantia federal de oferta do Espanhol foi derrubada e o ensino do idioma passou de obrigatório para optativo no Brasil.

No Amazonas, agentes glotopolíticos em prol do Espanhol intensificaram suas ações, assim como o embate na arena glotopolítica estadual, principalmente com os agentes representantes do poder público. Como consequência, houve ainda a realização de alguns processos seletivos para a contratação temporária de docentes de Espanhol em municípios como Benjamin Constant (2017), São Gabriel da Cachoeira (2017) e Tabatinga (2017 e 2018), e um concurso de carreira para docente de Espanhol promovido pela SEDUC/AM (2018), mesmo que ainda nos moldes da tradicional política de invisibilização praticada pela Secretaria Estadual no Amazonas.

Como o enfrentamento direto com o poder público estadual tem estado cada vez mais franco e aberto, articulações com poderes públicos municipais têm sido realizadas, o que tem garantido outras frentes de ação para a manutenção e a ampliação da oferta do ensino do Espanhol no Amazonas. Nessa esteira, agentes glotopolíticos em prol do hispanismo como a APE-AM e a UFAM passaram a se articular buscando o apoio de outros agentes, o que culminou com a promulgação de legislação local que garante a oferta do ensino do Espanhol nos municípios de São Gabriel da Cachoeira – *Lei 128/2019* (SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, 2019) e de Benjamin Constant – *Lei 1.308/19* (BENJAMIN CONSTANT, 2019). Outra conquista foi a inclusão do Espanhol no *Referencial Curricular Amazonense para o Ensino Fundamental – anos iniciais* (AMAZONAS, 2019) e *anos finais*



(AMAZONAS 2019), documento norteador para o currículo no estado a partir das mudanças impostas pelas determinações glotopolíticas vigentes.

Além dessas ações, em consonância com o objetivo deste trabalho, a seguir, foco em iniciativas que têm se mostrado frutíferas principalmente no âmbito da difusão do hispanismo no Amazonas, a realização de eventos.

Eventos e resistência no Amazonas

Na esteira das ações glotopolíticas, os eventos têm sido iniciativas bem-sucedidas, que difundem o hispanismo e promovem o ensino do Espanhol no estado, conforme disposto a seguir.

O primeiro deles intitula-se ‘Seminários de Hispanistas do Alto Rio Negro’, eventos realizados desde 2011 de forma articulada pela UFAM, pela APE-AM e pelo poder público de São Gabriel da Cachoeira, de Barcelos e de Santa Izabel do Rio Negro, levando à região do alto rio Negro divulgação científica, cultural e pedagógica relacionada ao hispanismo, despertando o interesse da comunidade local e fomentando o ensino do Espanhol nos municípios envolvidos. O quadro a seguir representa de forma sucinta o impacto das ações dessa iniciativa:

Quadro 1: ‘Seminários de Hispanistas do Alto Rio Negro – SHARN’

Edição	Ano	Local	Palestrantes	Impacto
I	2011	Colégio São Gabriel	06	132 comunitários
II	2012	Colégio São Gabriel	14	74 comunitários
III	2013	Colégio São Gabriel	16	171 comunitários
IV	2014	Colégios São Gabriel e Dom Miguel Alagna	20	133 comunitários
V	2014	Colégio São Gabriel	21	138 comunitários
VI	2015	Colégio São Gabriel	19	231 comunitários
VII	2015	Colégio São Gabriel	18	72 comunitários



VIII	2016	Colégio São Gabriel	15	80 comunitários
IX	2019	Câmara de Vereadores de SGC	01	30 comunitários
09 edições			130 palestrantes	1.061 comunitários

Fonte: o autor (2020).

Percebe-se claramente que em suas nove edições, os ‘Seminários de Hispanistas do Alto Rio Negro’ impactaram mais de mil comunitários, envolvendo 130 palestrantes, entre os quais docentes, pesquisadores e discentes da Universidade Federal do Amazonas e de outras instituições parceiras. Segundo Heufemann-Barría e Teixeira (2017), essa iniciativa contemplou comunitários, acadêmicos e professores dos Cursos de Letras – Língua e Literatura Espanhola, Letras – Língua e Literatura Portuguesa, Pedagogia, Artes, Educação Física, Matemática, entre outros, realizados no polo da UFAM em São Gabriel da Cachoeira por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. A meu ver, esses eventos executaram papel fundamental na arena glotopolítica, dado que, ao difundirem o hispanismo e ao destacarem o ensino do Espanhol na região, fortaleceram o solo para germinar a semente que brotaria mais tarde da articulação glotopolítica gabrielense, culminando com a promulgação da lei municipal em prol do ensino do idioma em São Gabriel da Cachoeira e despertando o interesse dos municípios vizinhos – Santa Izabel do Rio Negro e Barcelos – por legislação própria em prol do ensino do Espanhol.

Também merecem destaque os ‘Encontros de Hispanistas de Manaus’, eventos realizados na Capital do estado que movimentaram a comunidade local e o curso de Letras – Língua e Literatura Espanhola da UFAM, conforme mostra o quadro a seguir:



Quadro 2: ‘Encontros de Hispanistas de Manaus – EHM’

Edição	Ano	Local	Palestrantes	Impacto
I	2013	UFAM	05	71 comunitários
II	2015	UFAM	04	34 comunitários
III	2016	UFAM	05	50 comunitários
IV	2017	UFAM	08	75 comunitários
04 edições			22 palestrantes	230 comunitários

Fonte: o autor (2020).

Apesar de apresentar um impacto mais tímido, em suas quatro edições, os ‘Encontros de Hispanistas de Manaus’ movimentaram docentes, pesquisadores e acadêmicos da UFAM. Por meio desses eventos, projetos de extensão, resultados de pesquisas e de ações de ensino puderam ser difundidos, bem como o hispanismo na comunidade universitária, fortalecendo a manutenção do interesse pelo idioma no seio da UFAM em Manaus, e despertando o interesse de novos agentes glotopolíticos para atuarem em prol do hispanismo na arena amazonense.

Esses e outros eventos, bem como distintas ações promovidas por diferentes articuladores têm feito com que o hispanismo no Amazonas se mantenha em evidência na arena glotopolítica estadual. Essa situação permitiu que no final de 2019, de forma inédita, o estado sediase a 18ª edição do importante ‘Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol – CBPE’, evento itinerante que aconteceu em duas sedes, Manaus, entre os dias 04 e 07 de novembro, e Benjamin Constant, entre os dias 08 e 10 de novembro.

Além de promover discussão sobre o hispanismo e o ensino de línguas no Brasil, com foco ao Espanhol, o evento promoveu o encontro de cientistas e de pesquisadores para apresentar novidades acadêmicas, científicas e tecnológicas no campo do ensino de línguas, da formação de professores, dos estudos literários e culturais e de políticas públicas linguísticas e educacionais, havendo apresentação de palestras, comunicações, pôsteres/painéis e a ministração de cursos. A participação de editoras e de pesquisadores foi um diferencial para apresentar ao público as novas tecnologias relacionadas a material



didático e a estratégias de ensino de línguas, o que impactou positivamente os congressistas, em especial os docentes que atuam na Educação Básica e os acadêmicos dos cursos de Letras - principalmente no interior do Amazonas.

Como impacto, foram atendidos mais de 400 congressistas, entre os quais professores, alunos e pesquisadores de universidades e de escolas do Amazonas, de outros estados brasileiros e, ainda, de outros países.

De forma especial, o evento itinerante levou as discussões e suas atividades para a região do Alto Solimões, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, interiorizando suas ações e contemplando congressistas do interior do Amazonas. Essas ações fomentaram o interesse pelo hispanismo no Amazonas e apoiaram políticas públicas em prol do ensino do Espanhol, como a aprovação de Leis municipais em Benjamin Constant e em São Gabriel da Cachoeira já mencionadas.

De forma resumida, os dados apresentados indicam que os eventos realizados configuraram arenas de discussão glotopolítica e de formação de professores, contribuindo diretamente para a permanência resistente do ensino de Espanhol no Amazonas, materializada por meio de legislação específica em nível municipal.

No entanto, não poderia terminar este trabalho sem mais algumas considerações que julgo pertinentes e atinentes ao atual contexto pandêmico que nos assola em todos os sentidos. Ao relembrar as experiências vividas por meio do '18º CBPE' – último grande evento presencial do ano de 2019 voltado ao hispanismo em nível nacional no Brasil – e ao analisar e vivenciar os modelos impostos pela atual conjuntura, certamente fica a sensação de vazio e de algo faltando neste 'novo modelo' de fazer 'interação'... além do receio ao novo e do medo da intolerância e do extremismo que machuca e que invade limites, muitas vezes sem pedir permissão, fica a saudade dos dias de planejamento, da correria da realização do evento, dos encontros, dos abraços, das discussões acaloradas e dos bate-papos nos cafés temáticos, das viagens de Uber, de avião, de ônibus, de van, de barco, de mototáxi, de baleeira, do povo se encontrando, comendo e bebendo juntos, se confraternizando presencialmente, sendo visto e ouvido na arena glotopolítica que os congressos normalmente têm (ou tinham no 'normal antigo') o costume de promover.



Referências

AMAZONAS. [Lei nº 152 (2013)]. Lei nº 152, de 21 de maio de 2013. ALEAM. Disponível em: <<http://legislador.aleam.gov.br/LegisladorWEB/LegisladorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=201&inEspecieLei=21&nrLei=152&aaLei=2013&dsVerbete=>>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

AMAZONAS. *Referencial curricular amazonense: Ensino Fundamental – Anos Iniciais*. Manaus: MEC/Undime/Consed, 2019.

AMAZONAS. *Referencial curricular amazonense: Ensino Fundamental – Anos Finais*. Manaus: MEC/Undime/Consed, 2019.

ARNOUX, E. N. (2011). *La agenda glotopolítica contemporánea: hacia la integración sudamericana*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7030207/ARNOUX-Reflexiones-Glotopoliticas-en-Torno-a-La-Integracion-Sudamericana>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ARNOUX, E. N.; NOTHSTEIN, S. (orgs.). *Temas de glotopolítica: integración regional sudamericana y panhispanismo*. Buenos Aires: Biblos, 2013.

BENJAMIN CONSTANT. [Lei nº 1.308 (2019)]. Lei nº 1.308, de 19 de novembro de 2019. Prefeitura Municipal de Benjamin Constant e Câmara Municipal de Vereadores de Benjamin Constant, 2019.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78231-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-1&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. [Lei 11.161 (2005)]. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=08/08/2005>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

BRASIL. [Lei 13.415 (2017)]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm> Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. [Medida Provisória 746 (2016)]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CASTRO-HEUFEMANN, F. M. *Políticas linguísticas e o ensino da Língua Espanhola em Manaus à luz da Glotopolítica*. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

DEL VALLE, J. Lo político del lenguaje y los límites de la política lingüística panhispánica. *Boletín de Filología*. tomo XLIX, n. 2, 2014.



GOMES, A. dos S.; TRAJANO, E. A. O ensino da Língua Espanhola na Secretaria Municipal de Educação de Manaus. In: Teixeira, W. B.; Ferreira, C. J.. (2019). (Orgs). *Ensinando espanhol no Amazonas: outras experiências, mais conquistas e renovadas perspectivas*. Manaus: Edua, 2019.

GUERREIRO, S. da S. *A Língua Espanhola na fronteira Brasil-Peru: ações políticas no ensino de línguas*. 2017. 281f. (Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2017.

GUESPIN, L.; MARCELLESI, J. B. Pour la glottopolitique. *Langages*. n. 83. p. 5-34, 1986.

HERRERO VALEIRO, M. A normalização linguística, uma ilusão necessária: a substituição do galego e a normalização do espanhol na Galiza contemporânea. Santiago de Compostela: Através Editora, 2015.

HEUFEMANN-BARRÍA, E. O.; TEIXEIRA, W. B. Ações (gloto)políticas em prol do ensino de Espanhol no Amazonas: um olhar especial sobre a formação de professores. In: CARVALHO, T. B. et. al. (Orgs.). *PARFOR: realidade e desafios para a formação de professores pela Universidade Federal do Amazonas*. Manaus: Edua, 2017.

LAGARES, X. C. *Qual política linguística?: desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018. Série (Língua[gem]; 82).

MALMBERG, B. *Los nuevos caminos de la lingüística*. Madrid: Siglo XXI, 1975.

MONTEIRO, E. Amazonas: um laboratório linguístico. *Ciência para todos: revista de divulgação científica do INPA*, Manaus: INPA, n. 5, p. 46-51, ago. 2010.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. [Lei 128/2019 (2019)]. Lei 128/2019, que dispõe sobre a inclusão da disciplina de Língua Espanhola no currículo e dá outras providências. Disponível em acervo da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

TEIXEIRA, W. B.; CASTRO-HEUFEMANN, F. M. Ensino de Espanhol em Manaus sob a perspectiva glotopolítica. In: *Revista Digital de Políticas Linguísticas*. 2020 (no prelo).

TEIXEIRA, W. B. La lengua española en el Amazonas: presencia, funciones, enseñanza y resistencia. In: MIRANDA, C. (org.). *La lengua española en Brasil: enseñanza, formación de profesores y resistencia*. Brasília/DF: Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil, 2018. (Colección Complementos).

TEIXEIRA, W. B. *Presença e funções do espanhol no Alto Rio Negro/AM: considerações políticas e históricas*. 2014. 355f. (Tese de Doutorado apresentada à coordenação do Programa de Doutorado em Letras Neolatinas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.



TEIXEIRA, W. B. Fluidez transfronteiriça e as funções das línguas espanhola e portuguesa nos entre-lugares amazonenses. In: TALLEI, J.; TEIXEIRA, W. B. (orgs.). *Transbordando as fronteiras: lenguajes desde el entrelugar, resistencia y pluralidad en los brasiles*. Manaus: edua, 2020.

